

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANALINE SILVA DAVI

**A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL: Os Impactos Trazidos pela
Evolução Tecnológica nos Escritórios Contábeis do Município de
Santana do Ipanema-AL**

SANTANA DO IPANEMA/AL

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL: Os Impactos Trazidos pela
Evolução Tecnológica nos Escritórios Contábeis do Município de
Santana do Ipanema-AL**

ANALINE SILVA DAVI

Orientador: Prof. Msc. Marcos Igor da Costa Santos

SANTANA DO IPANEMA/AL

2017

ANALINE SILVA DAVI

ÁREA DE PESQUISA: Contabilidade Fiscal

**A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL: Os Impactos Trazidos pela
Evolução Tecnológica nos Escritórios Contábeis do Município de
Santana do Ipanema-AL**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão - Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema, sob a orientação do Prof. Msc. Marcos Igor da Costa Santos

SANTANA DO IPANEMA

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Tatiana Alcântara

D248e Davi, Analine Silva.
 A escrituração contábil digital: os impactos trazidos pela evolução
 tecnológica nos escritórios contábeis do município de Santana do Ipanema. –
 Santana do Ipanema./ Analine Silva Davi.

 f. 47.: il.

 Orientador: Marcos Igor da Costa Santos.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) -
 Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
 Ciências Contábeis. Santana do Ipanema, 2017.
 Bibliografia: f. 43-45.
 Apêndice: 46-47.

1.Contabilidade. 2. Escrituração contábil. Tecnologia da Informação. I. Título.

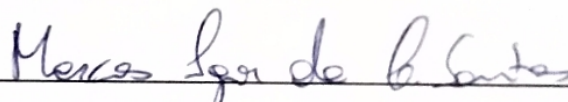
CDU: 657

Folha de Aprovação

AUTOR: ANALINE SILVA DAVI

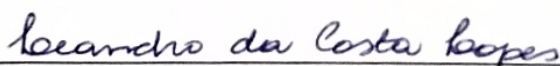
A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL: Os Impactos Trazidos pela Evolução Tecnológica nos Escritórios Contábeis do Município de Santana do Ipanema-AL. Monografia de trabalho de conclusão de curso em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Alagoas, na forma normalizada e de uso obrigatório.

Monografia submetida ao corpo docente da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema da Universidade Federal de Alagoas.

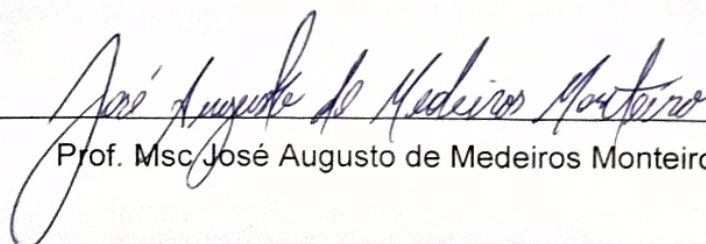


Orientador: Prof. Msc. Marcos Igor da Costa Santos

Banca Examinadora:



Prof. Msc. Leandro da Costa Lopes



Prof. Msc. José Augusto de Medeiros Monteiro

"Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho." (Dalai Lama).

“Dedico este trabalho aos meus pais e família, por terem me incentivado e nunca deixarem de confiar em mim, em especial ao meu filho “Luiz Henrique”, que Deus me abençoou com sua graça me presenteando no meio do curso”.

AGRADECIMENTOS

O meu muito obrigada vai primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades encontradas e ocorridas no caminhar deste curso;

Aos meus pais, Rita Barbosa Silva Davi e José Aparecido Davi pelo amor, incentivo e apoio incondicional que nem palavras tenho para agradecer;

A esta universidade, com seu corpo docente, direção e administração que de forma indireta ou até mesmo diretamente sempre conosco aqui presente;

Aos donos de escritórios contábeis do Município de Santana do Ipanema, meu muito obrigada pela atenção e disponibilização de tempo para responder o questionário;

Ao meu orientador Prof. Msc. Marcos Igor da Costa Santos, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos para a finalização deste trabalho.

Muito Obrigada!

RESUMO

A Escrituração Contábil Digital foi instituída para fins fiscais e previdenciários que deverá ser transmitida pelas pessoas físicas e jurídicas. A partir do formato eletrônico, os mesmos deverão ser assinados digitalmente, em certificados de segurança mínima, tipo A3, que serão emitidas por uma entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras. Para uma melhor compreensão, tenha-se a necessidade de entender os diversos aspectos que abrangem os processos de escrituração a partir da evolução tecnológica digital fazendo emergir o seguinte questionamento no âmbito da escrituração contábil: **Quais os impactos trazidos com a Escrituração Contábil Digital (ECD) aos profissionais dos escritórios contábeis no município de Santana do Ipanema/AL?** A pesquisa foi classificada como bibliográfica e de natureza quantitativa. Para execução do levantamento de dados, foi realizado um levantamento através de um questionário aplicado nos escritórios contábeis no município de Santana do Ipanema/AL. Sendo assim o estudo mostrou que as mudanças resultantes do uso das tecnologias da informação (s) - tic's proporcionaram avanços na gestão empresarial brasileira agregando vantagens às organizações. Não apenas as empresas, mas os próprios profissionais da área também tiveram que se adaptar as novas regras e maneiras de serviços, em busca de conhecimento e capacitações necessárias para o bom desempenho das suas atividades diárias em um mundo complexo, competitivo e globalizado.

Palavra – chave: Contabilidade; Escrituração Contábil; Tecnologia da informação.

ABSTRACT

The Digital Accounting Bookkeeping was established for fiscal and social security purposes that should be transmitted by individuals and legal entities. From the electronic format, they must be digitally signed, in certificates of minimum security, type A3, that will be issued by an entity accredited by the Brazilian Public Key Infrastructure. For a better understanding, it is necessary to understand the various aspects that cover the processes of bookkeeping from the digital technological evolution, leading to the following questioning in the scope of bookkeeping: **What are the impacts brought with the Digital Accounting Bookkeeping (ECD) To the professionals of the accounting offices in the municipality of Santana do Ipanema / AL?** The research was classified as bibliographical and of quantitative nature. To perform the data collection, a survey was carried out through a questionnaire applied at the accounting offices in the municipality of Santana do Ipanema / AL. Thus, the study showed that the changes resulting from the use of information technology (s) - tic's have provided advances in Brazilian business management adding advantages to organizations. Not only companies, but the professionals themselves have also had to adapt to the new rules and ways of services, in search of the knowledge and skills necessary for the good performance of their daily activities in a complex, competitive and globalized world.

Keywords: Accounting; Accounting Bookkeeping; Information Technology.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Etapas do SPED.....	29
Figura 2: Fluxo das informações geradas para o ambiente SPED, desde a geração do arquivo pelo sistema da contabilidade até a autorização do registro.....	30

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1. Perfil dos Responsáveis.....	36
Tabela 2. Número de Clientes por Escritório.....	37
Tabela 3. Tempo de Fundação do Escritório.....	37
Tabela 4. Tempo em que o Funcionário Trabalha no Escritório.....	38
Tabela 5. Impacto/dificuldade para Adequação ao Sistema SPED.....	38
Tabela 6. Entrega de Documentos em Tempo Hábil para Executar a ECD.....	39
Tabela 7. Informação para o Cliente da Importância da Entrega em Tempo Hábil para Executar a ECD.....	39
Tabela 8. Vantagens para o Escritório com a Implantação do ECD.....	40
Tabela 9. Quais as Desvantagens com o uso da ECD.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 SURGIMENTO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NO BRASIL.....	18
2.2 CONTABILIDADE DIGITAL.....	21
2.2.1 ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL.....	25
2.2.2 VANTAGENS DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL – ECD.....	31
2.2.3 DIFICULDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL – ECD.....	32
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Anteriormente, estas informações não eram tão seguras, pois, muitas informações sofriam fraudes ou até mesmo perda de dados no sistema de arrecadação tributária. Em decorrência disso, o Governo Federal resolveu criar um sistema que não poderá acontecer irregularidades e foi através do Decreto nº 6022, de 22 de Janeiro de 2007 que foi instituído o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Através da criação do SPED foi composto a Escrituração Contábil Digital – ECD entre outras composições. O ECD foi instituído para fins fiscais e previdenciários que deverá ser transmitida pelas pessoas físicas e jurídicas. Surgiu para substituir escriturações que eram registradas em papel.

A partir do formato eletrônico, os mesmos deverão ser assinados digitalmente, em certificados de segurança mínima, tipo A3, que serão emitidas por uma entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras.

Deste modo, o presente trabalho abordará o Surgimento da Escrituração Contábil no Brasil, características e utilidade da Contabilidade e suas etapas para a Escrituração Digital. Assim, se faz necessário um estudo mais aprofundado desse assunto, tanto a sua importância, vantagem e desvantagem; e também saber se os profissionais dos escritórios de contabilidade sofreram algum impacto com essa modernização tecnológica na contabilidade, armazenamento e controle de informações da Escrituração Contábil Digital - ECD nos escritórios de contabilidade do município de Santana do Ipanema AL, além de enfatizar/elucidar a sistemática das adequações tecnológicas.

1.1 CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Nos dias atuais, o estabelecimento dos avanços da informatização e da *internet*, costumeiramente utilizada nos mais variados âmbitos organizacionais com a finalidade de ampliar a capacidade organizacional e gerencial das empresas, em decorrências das vantagens, agilidades e praticidades, no que tange os processos de registros de escrituração contábil. Fatores estes, considerados relevantes quando se aponta a obrigatoriedade dos registros da assessoria prestadas pelos escritórios contábeis.

O meio eletrônico “pode” representar a desburocratização e otimização das atividades realizadas cotidianamente, no que se refere à informação, as quais atualmente podem ser desempenhadas ou exercidas através da utilização de programas de processamento de dados, os quais tratam as informações e as remetem/despacham para o órgão competente.

Por outro lado, mediante o estabelecimento dos avanços tecnológicos tornou-se forçoso, ou seja, indispensável aderir também a uma forma de forçar uma melhora do pensamento contábil, que foram movidos pelo agigantamento da corrupção e o uso da Contabilidade para fins ilícitos; a euforia normativa com a participação interventora do Estado e das entidades de classe; a visão social e a dilatação do estudo contábil para as relações ambientais, além da globalização dos mercados e a necessidade de harmonização às normas internacionais.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC referente a escrituração e documentação contábil expressos nos itens: NBC T 2 – Da Escrituração Contábil e NBC T 2.2 – Da Documentação Contábil, definem que:

2.2.1 – A Documentação Contábil compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. 2.2.1.1 – Documento contábil, estrito-senso, é aquele que comprova os atos e fatos que originam lançamento (s) na escrituração contábil da Entidade. 2.2.2 – A Documentação Contábil é hábil, quando revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". 2.2.3 – A Documentação Contábil pode ser de origem interna quando gerada na própria Entidade, ou externa quando proveniente de terceiros. 2.2.4 – A Entidade é obrigada a manter em boa ordem a documentação contábil.

A atuação do profissional não se limita a prática do fornecimento de informações aos investidores ou credores, ela se estende também, ao atendimento dos usuários que buscam informações financeiras e não financeiras.

A ITG 200 (R1) - Escrituração Contábil estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade.

Com o Decreto nº 6.022/2007 de 22 de janeiro de 2007 que institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, considerado em seu Art. 2º como “um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal

dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações”, notadamente passa a exigir aperfeiçoamento das atividades e registros de escrituração contábil, pois, trata de um instrumento, primordial, relacionado à geração de informações intrínsecas para o planejamento e gestão das empresas.

Diante do exposto, é compreender os diversos aspectos que abrangem os processos de escrituração a partir da evolução tecnológica digital fazendo emergir o seguinte questionamento no âmbito da escrituração contábil: **“Quais os impactos trazidos com a Escrituração Contábil Digital (ECD) aos profissionais dos escritórios contábeis no município de Santana do Ipanema/AL?”**.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar os impactos que a Escrituração Contábil Digital trouxe para os profissionais dos escritórios de contabilidade no município de Santana do Ipanema-AL.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar os processos adotados para a implantação da tecnologia nos escritórios de escrituração contábil;
- Verificar as vantagens percebidas nos escritórios contábeis com o avanço da tecnologia na escrituração contábil;
- Identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade na utilização do ECD;

1.3 JUSTIFICATIVA

A Escrituração Contábil é considerada “uma norma instituída por lei que estabelece critérios e procedimentos a serem observados e desenvolvidos dentro da

empresa: [...] a movimentação de capital, transações e as diversas práticas administrativas.” (DEL FRARO, 2010, p. 19).

Segundo Vilaradaga (2009, p.14)

“A contabilidade e o controle fiscal no Brasil estão passando por uma revolução digital, que envolve o aumento da transparência sistêmica e o monitoramento fino e remoto da Receita Federal sobre as operações contábeis e os processos internos das empresas. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), lançado em janeiro de 2007 pelo governo como parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), já começa a ocorrer em grande escala e vai levar à substituição gradual do papel pelo meio eletrônico como suporte das informações que garantem o cumprimento das obrigações acessórias. As contas das empresas circularão pela *internet* na forma de arquivos digitais e o trabalho de fiscalização se tornará mais preciso e rápido”.

Um estudo mais aprofundado desse assunto é necessário, tanto sobre a sua importância, vantagem e desvantagem; e, também, saber se os profissionais dos escritórios de contabilidade sofreram algum impacto com essa modernização tecnológica na contabilidade.

Notadamente, o meio contábil sofre influência emergida dos avanços tecnológicos em meio a Escrituração Contábil, acarretando implicações nas adequações das práticas profissionais. Pois, as exigências impostas na área da contabilidade pelo mercado são consideradas um fator relevante para a adequação dos instrumentos de acompanhamento da economia no país, seja por meio de agentes empresariais, seja pelos governos e investidores.

Diante disso, a escrituração contábil torna-se uma ferramenta indispensável para o “equilíbrio” econômico-financeiro de qualquer órgão/empresa. Tendo em vista, que “as informações gerenciais geradas pela escrituração contábil ao longo do tempo, propiciam ao empresário a possibilidade de prever com mais exatidão receitas e custos” (SOUZA, 2007, p. 09).

Torna-se relevante tanto para área acadêmica quanto para o meio contabilista aprofundar os conhecimentos relacionados ao desenvolvimento de suas práticas cotidianas inseridas no ramo da contabilidade. Entretanto, entende-se que é através da oferta do curso voltado para o estudo e aperfeiçoamento das técnicas na área das Ciências Contábeis, no meio acadêmico, em específico na região do sertão alagoano, fomentar a qualificação dos profissionais dessa área. Com o passar dos tempos percebe-se que a cada dia, de forma acelerada, em virtude dos avanços do

mundo globalizado, exige-se melhor qualificação profissional em prol da operacionalização e gerenciamento de suas atividades.

Já que, em meio aos avanços profissionais adquiridos com a evolução tecnológica, tendo em vista que os contadores passaram a apropriar-se de vários recursos através do gerenciamento de um banco de dados para armazenar todas as informações financeiras, pois, tais recursos possibilitam a emissão de relatórios, essenciais, para o acompanhamento evolutivo da empresa.

Pois, o profissional contábil é responsável pelo gerenciamento de:

[...] todo o sistema de informação, os bancos de dados que propiciam tomadas de decisões tanto dos usuários internos como externos. Toda sociedade espera transparência dos Informes Contábeis, resultados não só de competência profissional, mas, simultaneamente, de postura ética. (MARION 2009, p.29.)

Todavia, o escopo desse estudo tem por finalidade trazer em evidências diversos aspectos gerenciais originados a partir da contabilidade, no tocante, ao Município de Santana do Ipanema/AL, visto que a oferta dos cursos de Ciências Contábeis é recente em nossa região, haja vista, a ausência de informações que possam apontar dados relevantes à atuação do profissional e dos escritórios existentes no município supracitado e as dificuldades encontradas na literatura devido à ausência de estudos direcionados a nossa localidade.

Até o dado momento não foram encontrados outros estudos que adotassem essa mesma linha de pesquisa, o que a torna uma nova abordagem para as Ciências Contábeis, alicerçadas por estudos voltados à compreensão da realidade vivenciada nos escritórios contábeis do município de Santana do Ipanema, o que, certamente, irá alicerçar novas pesquisas/estudos. Entretanto, sabe-se que existem vários profissionais da área atuando no âmbito municipal.

A proposta apresentada neste estudo visa conhecer as transformações ocorridas no ambiente de atuação do profissional contábil, ou, seja pela tecnologia de informações e comunicação. O embasamento do estudo fundamenta-se no constante movimento social originado dos avanços tecnológicos, que concomitantemente, desencadeiam exigências no aperfeiçoamento das técnicas gerenciais e organizacionais, no tocante, a escrituração contábil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conteúdo deste capítulo fará uma referência bibliográfica voltada para a abordagem de assuntos principais que fundamentam essa pesquisa, no qual trata, em primeiro momento, acerca do Surgimento da Escrituração Contábil no Brasil; Logo em seguida, aponta alguns aspectos sobre a Utilidade da Contabilidade Digital; das etapas para implantação da Escrituração Contábil Digital (ECD); Vantagens da Escrituração Contábil Digital (ECD); e por fim, Dificuldades da Escrituração Contábil Digital (ECD).

2.1 SURGIMENTO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NO BRASIL

De acordo com Sá (1997, p.15), “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”. Pois, os comerciantes requeriam o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação era efetuada. Tal ato era realizado em simples registros ou relatórios sobre as trocas. Uma vez que, desde os primórdios da civilização a contabilidade existe e se faz presente na vida do homem de forma relevante, especificamente, no que tange aos processos de escrituração contábil, onde por muitos anos foi conhecida como a arte da escrituração mercantil.

A partir da época Colonial, a Contabilidade era representada pela evolução da sociedade e a necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras Alfândegas que surgiram em 1530. No Brasil, por volta de 1754, ainda como Colônia de Portugal, iniciou-se a formação profissional na área contábil, quando foi autorizada a criação do curso “Aulas de Comércio” (a palavra aula tem significado de escola superior ou faculdade), supervisionado pela Junta de Comércio de Lisboa. Os diplomados nesse curso eram os guarda-livros, denominação dada na época para os contadores.

O fato administrativo advém da ação do homem sobre toda a azienda no sentido de obter os fins propostos, representando uma “força ou poder” que faz “mover” todo o sistema. O fato contábil é o que ocorre na riqueza administrativa, mas diz respeito não ao ato de administrar, mas sim ao que ocorre com o patrimônio, quer estático (sem administração), quer em movimento (até sem meios o poder da administração para sustar ou modificar quaisquer eventos). (SÁ, 1987, p.79).

Porém, a doutrina Contábil é recente no Brasil, e até a primeira metade do século XX sofreu grandes influências da cultura contábil da Itália, país este, que é considerado o berço da Contabilidade e que deu origem ao método das partidas dobradas.

No ano de 1976, foi publicada no Brasil a Lei 6.404/76, que regulamentava os princípios contábeis, com orientação internacional especialmente norte-americana. No que determina em seu Artigo 177 que: “A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência”.

§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos. § 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

O homem observou que era preciso controlar, administrar e preservar seus bens e que poderia, através desse controle, obter lucros e foi através desta necessidade que surgiu a contabilidade. Assim, afirma-se que “necessitamos ‘aprofundar’ para atender às múltiplas exigências da vida moderna, onde dispomos de veículos, de instrumentação que nos permitem acumular grande quantidade de dados e utilizá-los com grande velocidade”. (SÁ, 1987, p. 15).

A promulgação do primeiro Código Comercial Brasileiro por meio da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, trouxe a obrigatoriedade de as empresas manterem a escrituração contábil, seguirem uma ordem uniforme para os registros contábeis e o levantamento, ao final de cada ano, dos balanços gerais. [...] A primeira exigência legal brasileira sobre padronização veio com a Lei nº 1083 e o Decreto nº 2679 ambos de 1860. [...] Os benefícios desta padronização foram fundamentais na análise comparativa das demonstrações contábeis das empresas, pois permitiriam a construção de séries históricas, evidenciando os resultados da atividade empresarial ao longo do tempo. (PELEIAS; BACCI, 2004, 41-47).

A contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização (DEL

FRARO, 2010, p. 20). Onde aprimorou-se de acordo com as necessidades de cada período histórico.

Para o autor Marion (2008, p.23):

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION 2008, p.23)

Sabe-se que a Tecnologia da Informação representa um grande avanço no que tange aos processos e técnicas adotadas por organizações e/ou empresas no que se refere ao registro de informações relacionadas a escrituração da contabilidade empresarial, as técnicas ultrapassadas que os profissionais contábeis utilizavam para a contabilização das organizações passaram a não ser utilizadas como de costume, a partir do surgimento da Escrituração Contábil Digital (ECD) uma das partes do tripé que compõem o SPED - as outras duas são a Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) e tendo em vista o avanço tecnológico na contabilidade com a implantação do ECD nos escritórios, esta pesquisa visa mostrar as dificuldades, impactos, vantagens e desvantagens para os profissionais da área contábil, onde os mesmos tiveram que se adequar mediante a evolução da nova escrituração no formato digital.

Para tanto, de acordo com Lunelli (2010) a ECD foi instituída com a finalidade de atender aos objetivos fiscais e previdenciários e deverá ser conduzida pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), sendo esta considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

Assim, “a escrituração contábil é a emissão de relatórios, peças, análises e mapas demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de Contabilistas legalmente habilitados” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009, p. 231).

Os reflexos do desenvolvimento tecnológico na Contabilidade podem ser verificados no aumento do grau de automação. (PADOVEZZE, 2000).

Para Melis (Apud SÁ, 1997, p. 13-4) divide o desenvolvimento da Contabilidade em quatro grandes períodos assim denominados por ele:

I. Mundo Antigo: dos primórdios da história até o ano de 1202 da era cristã;

II. Sistematização: de 1202, por causa da formação do processo das partidas dobradas, até o ano de 1494;

III. Literatura: de 1494, com a publicação da obra de Luca Pacioli, até 1840;

IV. Científico: de 1840, com a obra de Francesco Villa, até os dias atuais.

Com a evolução e a chegada da *internet*, não só para os meios de comunicação ou de encurtar as informações, o impacto da *internet* dificilmente poderia ser subestimado, pois essa tecnologia entra em todo espaço em que faça parte o ser humano.

Isso quer dizer, que, mediante o surgimento do mercado globalizado que acirrou a concorrência no mundo empresarial, onde a informação contábil tornou-se uma ferramenta indispensável e estratégica para a subsistência e criação de vantagem competitiva, para permitir que as empresas locais competissem com as grandes corporações transnacionais, e para que estas dispusessem das informações necessárias para poder avançar e expandir mundialmente (VOLNEI; CÉZAR *et al*, 2007). Pois, “o conhecimento contábil científico se organiza de forma sistemática para enunciar explicações sobre o que ocorre com o patrimônio das empresas e instituições (aziendas)” (SÁ, 1987, p. 14).

Todavia, “o arsenal tecnológico que surge com a *internet* está normalmente ligado à informática e à telecomunicação, bem como a todo o desenvolvimento científico do processo de transmissão especial de dados”. (PADOVEZE, 1998, p.42)

No campo contábil, a utilização da *internet* contribui para a valorização da profissão pela praticidade do contador gerir informações que auxilie a gestão a trabalhar em bases mais seguras e práticas.

Ao longo dos séculos, a contabilidade vem acompanhando a evolução da economia e criando novas técnicas de identificação e mensuração dos eventos econômicos e financeiros os quais causam mutações patrimoniais (CHACON *et al.*, 2005). Sendo assim, se faz necessário que o profissional se mantenha informado, informatizado e por dentro de todas as modificações existentes.

2.2 CONTABILIDADE DIGITAL

Nas últimas décadas, surgiram mudanças bem significativas nas leis tributária e nos procedimentos contábeis. As melhorias na forma de fazer a contabilidade de uma empresa, utilizando-se da tecnologia da computação

(informação) trouxeram enormes benefícios para os profissionais da área. (ALMEIDA FILHO, 2000, p.1)

Tal profissão sendo considerada de muito trabalho, por se tratar de manuseios complexos e reafirmado por Almeida Filho (2000, p.1), que a profissão exige necessidades de controle de um número relevante de fatos contábeis que ocorrem no dia a dia das empresas, incluindo aí a questão do governo no controle dos fatos que provocam recolhimento de impostos. Fazem com que essa profissão se torne mais digna e promissora. “A Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico”. (NBC T 2- 2.1.1).

Os anos passaram-se e o profissional teve que crescer junto com eles.

De acordo com Oliveira (2003, pg.12),

A escrituração contábil, feita manualmente, começou a perder espaço a partir do surgimento das máquinas mecânicas produzidas nos Estados Unidos (máquinas de datilografia e processadores automáticos, utilizadas para o preenchimento de fichas) principalmente em função das dificuldades que esses profissionais encontravam em registrar e manter atualizados, o grande volume de informações necessárias. Tais máquinas, por sua vez, foram sendo substituídas pelos microcomputadores e sistemas informatizados, em face do baixo custo dos novos equipamentos. (OLIVEIRA 2003, pg.12)

Acompanhando a globalização mundial, que de alguma forma apresentou-se com pequenas mudanças gradativas, mas sem deixar de seguir com seus principais sistemas e hoje encontra-se totalmente informatizado. Os sistemas já utilizados na Contabilidade ao longo dos séculos são compostos de quatro sistemas principais: o manual, o maquinizado, o mecanizado e o eletrônico. (MARION 2009)

Assim, a informática, a tecnologia da informação (TI) ganha espaço cada vez mais, como afirma Velloso (2003, pag. 02):

Os horizontes da informática são muito amplos. Informática e Comunicação formam um binômio do maior poder na sociedade moderna. Possuir a informação ao alcance, poder levá-la ao destino certo, fazer dela o melhor uso, eis no que reside, em essência, o sucesso dos empreendimentos, das organizações. (Velloso 2003, pag. 02)

No entanto, existem várias definições para TI no qual pode-se mencionar Padoveze (1998, p. 42) que define Tecnologia da Informação:

[...] é todo o conjunto tecnológico à disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação. Esse arsenal tecnológico está normalmente

ligado à informática e à telecomunicação, bem como a todo o desenvolvimento científico do processo de transmissão especial de dados. (PADOVEZE 1998, p. 42)

Essa tecnologia fez com que a Escrituração Contábil Digital ganhasse espaço nos escritórios contábeis, sendo instituído pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da Instrução Normativa nº 787, de 19 de novembro 2007, que relata:

Art. 1º Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa. Parágrafo único. A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro. Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros: I - Livro Diário e seus auxiliares se houver; II - livro Razão e seus auxiliares se houver; III - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

A ECD trouxe a substituição da escrituração feita a papel pela digital, sendo elaborada e enviada ao governo federal informatizada. Isso mostra que a contabilidade de qualquer empresa tem que se mostrar coerente, precisa, de modo que qualquer auditor possa de forma eletronicamente auditá-la, como também até mesmo o fisco.

Através do Programa Validador e Assinador (PVA), o contribuinte pode definir quais livros serão exibidos. Segundo a RFB (2009), os modelos e as formas de escrituração, apresenta-se como:

1) G – Diário Geral: É um livro independente de qualquer outro, portanto sem escrituração auxiliar. Ele não pode coexistir, em relação ao mesmo período, com quaisquer dos outros livros;

2) R – Diário com Escrituração Resumida: É um livro Diário contendo escrituração resumida. De acordo com o § 1º do Art. 1184 do Código Civil, admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação. Esse livro obriga a existência dos livros auxiliares “A” ou “Z”, não podendo coexistir com os livros “G” e “B”, em relação ao mesmo período.

3) A – Livro Diário Auxiliar ao Diário com Escrituração Resumida:

Contém os lançamentos individualizados das operações lançadas no Diário com Escrituração Resumida. Atende aos requisitos previstos no § 1º do Art. 1184 do Código Civil.

4) Z – Razão Auxiliar:

É um livro auxiliar que será utilizado quando o leiaute do Livro Diário Auxiliar não se mostrar adequado. É uma tabela onde o titular da escrituração define cada coluna e seu conteúdo.

5) B – Livros Balancetes Diários e Balanços:

Livro com regulamentação concedida somente pelo Banco Central até o momento, sendo muito encontrado em Instituições Financeiras. O Art. 1185 do Código Civil dispõe que “O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o Livro Diário pelo livro Balancetes Diário e Balanços [...]”. Ainda no Código Civil, o Art. 1181 determina que “Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.” Porém, como até o momento somente o Banco Central regulamentou o uso desses livros, fica aberta a lacuna que logo deve ser esclarecida pelos seus respectivos órgãos regulamentadores.

Para que a coisa realmente aconteça de forma correta e que não haja evasão fiscal, surge em 2004 o Projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

A Nota Fiscal Eletrônica - NF-e é um documento eletrônico que contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada. Segundo o Ministério da Fazenda pode-se conceituar a Nota Fiscal Eletrônica como sendo um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços. A sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, pelo Fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador. (BRASIL 2010)

Citando os objetivos do Sistema Público de Escrituração Digital, pode-se considerar a Nota Fiscal Eletrônica como o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do

contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador. (Ajuste SINIEF 07/05, cláusula 1ª, § 1º).

Duarte (2009) relata que este documento é assinado com certificado digital do remetente e enviado à Secretaria da Fazenda de sua unidade federativa, para validação e autorização: Cláusula quarta: O arquivo digital da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após: I – ser transmitido eletronicamente à administração tributária, nos termos da cláusula quinta; II – ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e, nos termos da cláusula sexta.

A NF-Eletrônica fornece ao contribuinte uma forma prática, controlada, segura, transparente e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais e de serviços. O sistema do contribuinte deverá ser adaptado para preencher os campos do arquivo da NF-e com as informações extraídas de seu banco de dados. (MULLER, 2007, p. 47).

2.2.1 ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Ao longo dos anos, sabe-se que a Contabilidade tem evoluído em função de vários estudos que possibilitam o surgimento de novas e melhores formas de controlar o patrimônio através de um sistema de informações que possibilitam a tomada de iniciativas mais racionais no intuito de garantir a continuidade e o sucesso das organizações (SILVA, 2008).

O início se deu com a Emenda Constitucional Nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, que determinou que as administrações tributárias da União, Estado, Distrito Federal e Municípios atuassem de forma integrada e com compartilhamento de informações entre os mesmos. [...] O projeto SPED impõe responsabilidades aos usuários nas suas respectivas competências, estabelecendo regras entre as administrações tributárias e suas obrigações. (FERREIRA, 2013, p.21).

Diante disso, sabe-se, que no mercado do trabalho e do comércio, ou melhor, no mundo dos negócios frente à era tecnológica e seus avanços, onde a informação originada tem um valor precioso para as empresas e o fisco, o contador tem um papel fundamental de intermediador entre fisco e contribuinte e na geração ou origem, de maneira contínua, das informações (FERREIRA, 2013).

De acordo com os autores Nasajon e Santos (2010, p.5), o “SPED é um avanço tecnológico que, pouco a pouco, atingirá quase todas as empresas do país e

cujas exigências e procedimentos afetam significativamente a operação dessas organizações”.

O projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Ele integra:

Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. É composto por três grandes subprojetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a NF- e - Ambiente Nacional. (BRASIL, 2007)

Ou seja, “consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias (livros contábeis, fiscais e notas fiscais) transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores” (FERREIRA, 2013, p. 28). Pois, o SPED promove impactos diretamente vinculados às organizações em vários processos de negócios das empresas, podendo ser citado como exemplo: o faturamento (passa a ser eletrônico), o recebimento das notas fiscais (que pode ser também eletrônico), o atendimento às obrigações fiscais nos novos prazos, entre outros (FERREIRA, 2013).

Ainda, de acordo com o autor supracitado, a infraestrutura física deverá passar por uma reestruturação, para adaptação às distintas situações que podem acontecer, como por exemplo: a obtenção ou aquisição de novos computadores para os pontos de recebimento de notas; a disponibilização de um ambiente para a instalação de equipamentos para o armazenamento dos dados eletrônicos, entre outros (FERREIRA, 2013).

O início do processo de implantação da Escrituração Contábil Digital (ECD) deu-se a partir da Emenda Constitucional Nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, que determinou que as administrações tributárias da União, Estado, Distrito Federal e Municípios atuassem de forma integrada e com compartilhamento de informações entre os mesmos.

Assim, sendo a ECD parte integrante do projeto SPED, a qual tem por finalidade, obrigatória, a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, a ECD tem à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros:

I. Livro Diário e seus auxiliares se houver;

II. Livro Razão e seus auxiliares se houver;

III. Livro Balancetes Diários Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos;

IV. Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787/07, estão obrigadas a adotar a ECD;

V. Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real;

VI. Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (FERREIRA, 2013).

Logo após o ente tributário receber a ECD, o SPED:

Gera um resumo (requerimento, Termo de Abertura e Termo de Encerramento) e o disponibiliza para a Junta Comercial competente. Na atual estrutura, cabe à Junta Comercial buscar o resumo no ambiente SPED. Enquanto ela não adota tal providência, ao consultar a situação, a resposta obtida será: “o livro digital foi recebido pelo SPED Contábil, porém ainda não foi encaminhado para a Junta Comercial (RECEITA FEDERAL)”. Após o procedimento exposto acima, é necessário verificar como é feito o pagamento da autenticação pela Junta Comercial responsável por cada localidade. Depois de confirmado o pagamento, a Junta Comercial verificará o requerimento e o livro Digital, podendo gerar as seguintes situações: Autenticação do livro, Indeferimento, sob exigência. (FERREIRA, 2013, p. 34).

Ainda, de acordo com o autor acima referenciado, os termos lavrados pela Junta Comercial, inclusive o de Autenticação, serão transmitidos automaticamente à empresa durante a consulta. O PVA (Programa Validador e Assinador) tem ainda as funcionalidades de visualização da escrituração e de geração da recuperação de *backup*. Onde, diante da escrituração Autenticada, deverão ser tomadas medidas indispensáveis para evitar a deterioração ou degradação, extravio ou destruição do livro digital. Sendo o PVA, composto por dois arquivos principais: o do livro digital e o de autenticação (extensão. aut), é necessário realizar também cópia do arquivo do requerimento (extensão. rqr) e do recibo de entrega (extensão REC). Todos os arquivos devem conter o mesmo nome, variando apenas a extensão (RECEITA FEDERAL). (FERREIRA, 2013).

O *Software* contábil que é usado pela empresa dá origem a um arquivo digital em formato específico, o qual é submetido ao PVA, fornecido pelo SPED e disponível para *download* no site da Receita Federal do Brasil. Entretanto, no PVA, o

arquivo passa por um processo de validação da escrituração, assinatura digital do livro pelo seu representante legal, em conformidade com os registros da Junta Comercial, e pelo contabilista, para ser gerado e assinado o requerimento de autenticação dirigido à Junta Comercial de sua jurisdição. Logo após esses procedimentos, assinados a escrituração e o requerimento devem ser feitas a transmissão ao SPED (PEREIRA, 2011).

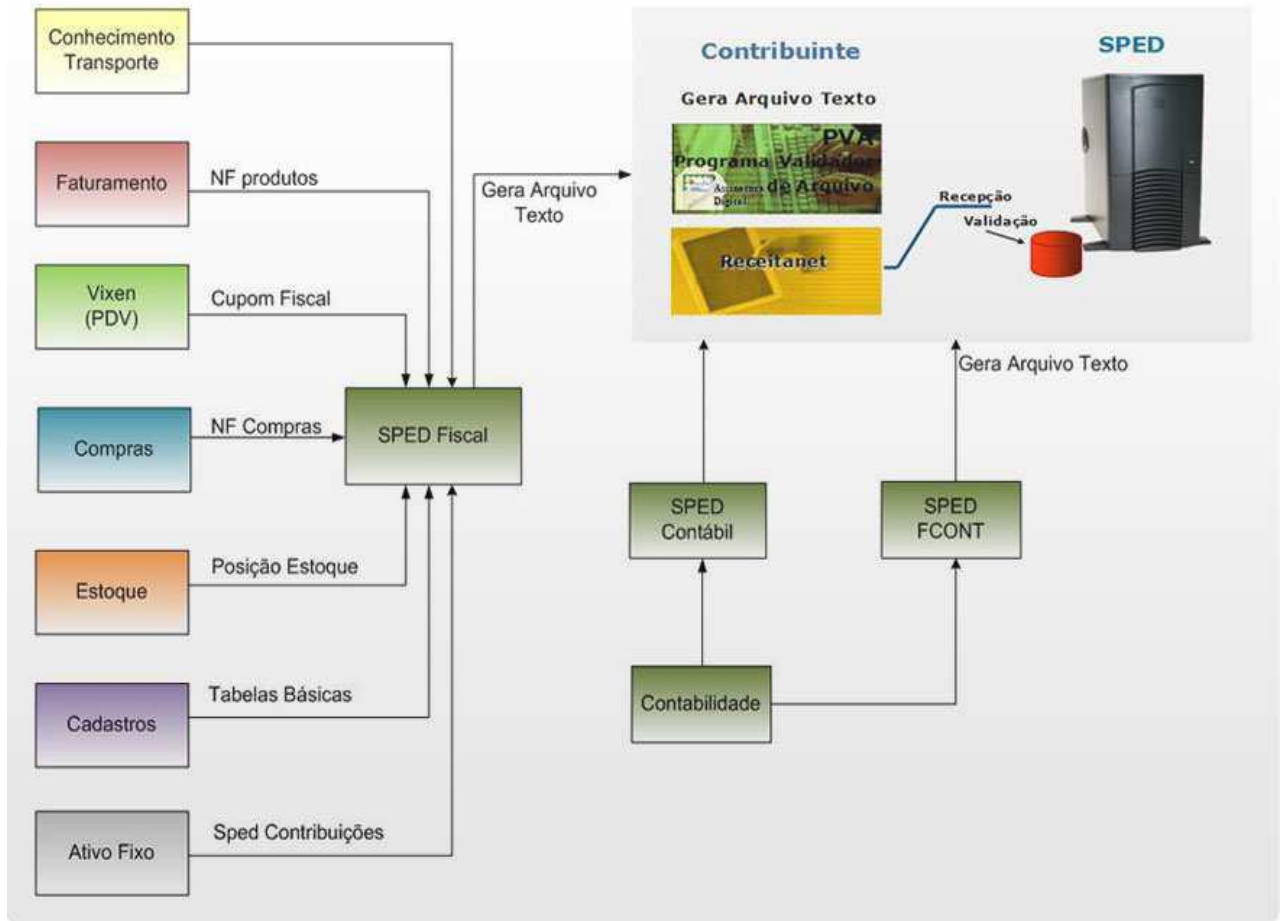
O que reforça tal entendimento as palavras do autor Filho (2014, p. 18) onde aponta que:

“Como pré-requisito para a instalação do PVA Escrituração Fiscal Digital - Contribuições é necessária a instalação da máquina virtual do Java. Após a importação ou criação da escrituração, a mesma poderá ser visualizada pelo próprio Programa Validador, com possibilidades de pesquisas de registros ou relatórios do sistema. Outras funcionalidades do programa: digitação, alteração, assinatura digital da EFD - Contribuições, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração”. (FILHO 2014, p. 18)

Ao receber a ECD, o SPED extrai um resumo (requerimento, Termo de Abertura e Termo de Encerramento) e o disponibiliza para a Junta Comercial competente, cabendo a esta buscar o resumo no ambiente do sistema. E, quando o contribuinte efetua o pagamento da taxa de autenticação mediante recolhimento por guia de arrecadação a ser disponibilizada pela Junta Comercial, a partir de então, será analisado o requerimento e o livro digital, o que resulta na sua autenticação, indeferimento ou exigências para autenticação (PEREIRA, 2011).

A figura 1, a seguir, mostra as diversas etapas operacionais referentes a transmissão de informações, as quais são consideradas essenciais para que as organizações possam efetivar o processo dando origem a transmissão de arquivo SPED.

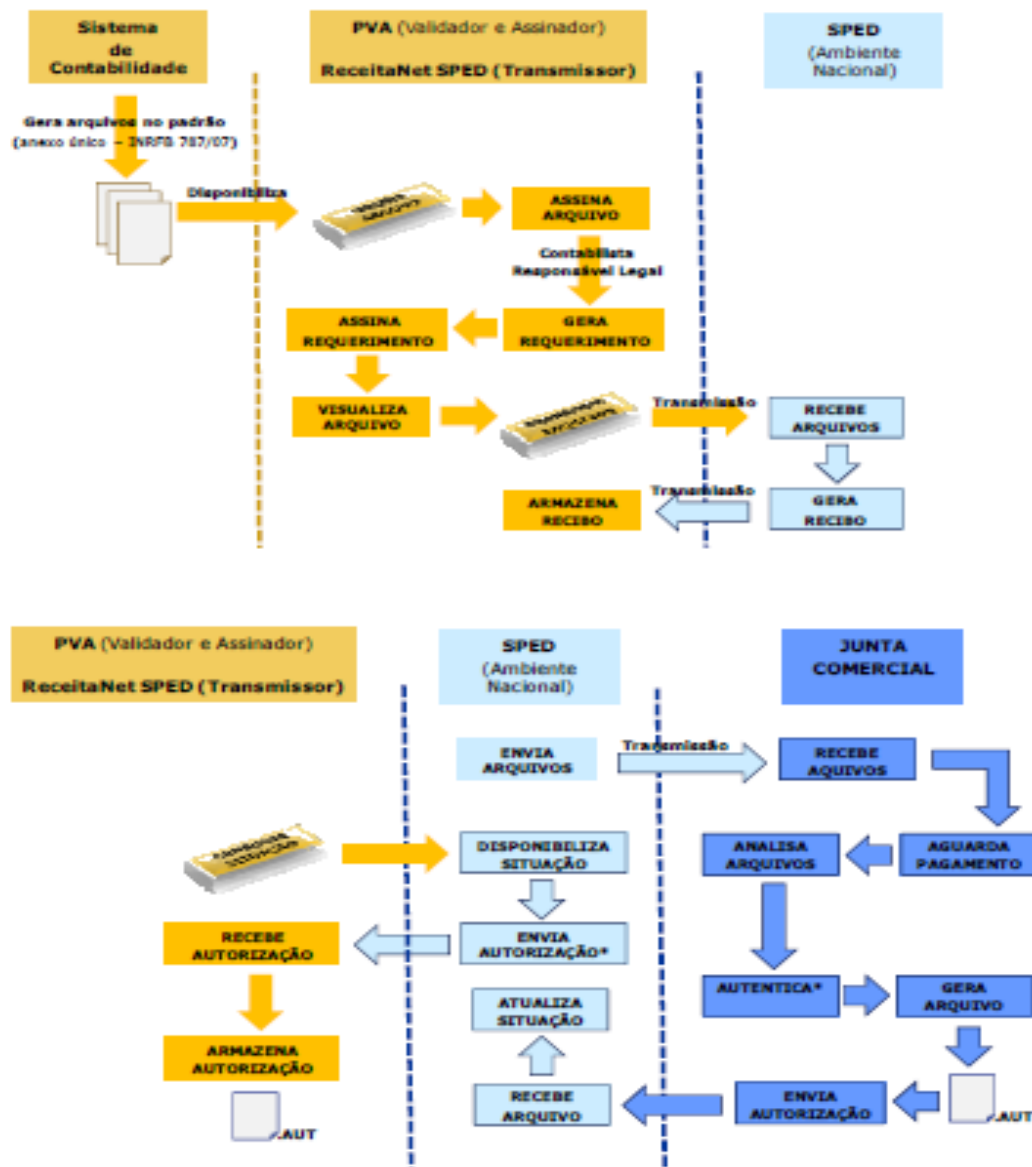
Figura 1: Etapas do SPED.



Fonte: http://www.pwi.com.br/erp_sped.asp

Ou de uma forma mais detalhada, pode-se verificar na figura 2 abaixo, que apresenta de forma minuciosa toda a transmissão de arquivo SPED desde a sua geração de arquivo até sua autorização de registro.

Figura 2: Fluxo das informações geradas para o ambiente SPED.



Fonte: Boal, Luiz; Juskow, Sergio. Os impactos da NF-e e do SPED para o Contabilista. Apostila PROJETO EDUCAÇÃO CONTINUADA – CRC. Maio 2009.

As informações contidas na ECD, disponibilizadas através do SPED, serão compartilhadas pela Receita Federal com as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como também, com órgãos e entidades da administração pública federal que contenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das sociedades empresárias (PEREIRA, 2011).

O Projeto SPED Fiscal possui uma gama de requisitos para que ocorra sua validação sem erros ou avisos, que são averiguados pelo programa PVA da Receita Federal. (FERREIRA, 2013, p. 37).

2.2.2 VANTAGENS DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL - ECD

Para o setor contábil, a tecnologia da informação vem desenvolvendo instrumentos específicos, onde proporciona instrumentos que visam à criação de mecanismos de soluções e melhorarias no desempenho das atividades, os quais auxiliam na redução de custos e na utilização de recursos inovadores, através da integração de sistemas.

Entretanto, mesmo diante de tantos avanços tecnológicos que surgem com a finalidade ou propósito de substituir algumas funções, antes atribuídas apenas ao homem, a capacidade para interpretar os números e tomar decisões permanece sendo feita pelo cientista do patrimônio, com conhecimentos científicos, de ordem superior, requerido por um profissional contábil (FERREIRA, 2013).

A escrituração contábil digital (ECD) visa agilizar as tarefas dos profissionais contábeis em suas rotinas diárias de escrituração, pois, os dados lançados no sistema serão armazenados e processados de forma mais adequada, podendo assim se tornar mais úteis para a empresa na tomada de decisões (COSTA, s.d.).

As vantagens na forma de fazer a contabilidade, utilizando-se a tecnologia da computação, trouxeram enormes benefícios para os profissionais da área. O processo manual de escrituração contábil foi substituído pelo mecânico e, logo em seguida, pelo eletrônico. A escrituração passou a ser feita eletronicamente, dando aos relatórios contábeis uma melhor organização e aparência (FERREIRA, 2013, p. 61).

No entendimento do autor Ferreira (2013, 61) “a contabilidade está pronta para atender a demanda das organizações e o profissional que deseja permanecer no mercado já se conscientizou da necessidade de um constante aprendizado e atualização”. Haja vista, que o profissional da área contábil está habilitado para desenvolver suas habilidades dentro das organizações de forma a atender as novas exigências que o novo cenário, no mundo contábil, faz emergir das demandas de seus clientes, atribuídas ao gerenciamento das organizações.

Sedo assim, suas vantagens são consideradas por: Acessibilidade das informações; Diminuição do tempo de entrega das Declarações; Diminuição de custo

com o envio de arquivo de documentos em papel; Cruzamento eletrônico das informações da Sociedade.

2.2.3 DIFICULDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL - ECD

A Escrituração Contábil Digital foi, portanto, criada para fins fiscais e para atender o disposto do Decreto nº 6.022/2007, conforme IN RFB nº787/2007, a qual foi alterada pela IN RFB nº 926/2009 e 1.139/2011. Com a publicação do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, “o Governo Federal resolve apertar o cerco contra a sonegação e implantou o Sistema Público Digital – SPED, o objetivo é obter mais controle, fiscalização e padronização na coleta de dados”. (ARMELIATO, 2009, p.21).

O SPED é considerado um super programa. Ele encontra-se dividido em várias vertentes. São elas: SPED Contábil (ECD), SPED Fiscal (EFD), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Central de Balanços, E-Lalur, E-Pis-Cofins e F-cont. Entretanto, o foco do estudo está voltado para a Escrituração Contábil Digital e Escrituração Fiscal Digital.

Conforme expressa Pereira (2011, p. 46), devido ao fato do SPED tratar-se de um sistema novo sem precedentes na relação fisco - contribuinte:

“A adaptação ao mesmo costuma não ser simples e, dependendo da estrutura da empresa e da prioridade dada à questão, pode levar meses. É preciso, acima de tudo, investimento em tecnologia e em treinamento de pessoal o que, obviamente, significa um aumento de custos para a empresa”. (PEREIRA 2011, p. 46),

Outro fator que representa dificuldades de adaptação às normas de implantação e operacionalização da ECD através do SPED está relacionado a possíveis problemas originados de eventuais falhas na base de dados e erros operacionais relativos à geração de informações contábeis e tributárias deixará a empresa na mira do fisco (PEREIRA, 2011).

Portanto, suas desvantagens são consideradas por: Operacionalização complexa; Aumento de custo na implantação do sistema; Lentidão e até mesmo pane no sistema devido a várias empresas utilizarem o sistema ao mesmo tempo; Glosa de emissão de NF-e no momento em que a empresa se encontra com débito

com a Receita Federal; Grande risco de invasão de *Hackers* no sistema, que podem danificar os arquivos e conseqüentemente prejudicar a sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Monografia é considerada por Longaray e Beuren (2004, p. 40) como “um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação temática”. Ela exige a adoção de uma metodologia sistemática.

Desta forma, a técnica metodológica adotada para a realização da pesquisa bibliográfica está compreendida como primeira etapa de pesquisa do estudo, o desenvolvimento de uma análise conceitual, embasada nos seguintes arcabouços teóricos: Contabilidade; Escrituração Contábil; Tecnologia da informação.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Raupp e Beuren (2004, p. 86) afirmam que “por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como em outros tipos de pesquisa, haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente”.

A revisão bibliográfica está estruturada em quatro etapas: na identificação do objeto de estudo, da questão da pesquisa e dos descritores; na elaboração da revisão integrativa; estabelecimentos dos critérios de inclusão do estudo levantado na literatura; e, definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados.

Para tanto, foram realizadas busca através de publicações científicas nas Bases de dados da *Scientific Library Online* (SCIELO) e Google Acadêmico com as seguintes palavras chaves: Escrituração Contábil; Profissional Contabilista; Evolução Tecnológica. Incluindo pesquisas de variadas décadas, publicados em língua portuguesa, com critérios de dados/formatação científica tendo a apresentação do texto completo com a finalidade de responder as questões apontadas pelo estudo.

O que se pretende com o estudo é apresentar, nos diversos escritórios de contabilidade instalados no município de Santana do Ipanema – AL um questionário com perguntas abertas e semiestruturadas com objetivando coletar o máximo de informações que visem atender/responder a questão levantada pelo problema em estudo.

A pesquisa é classificada como bibliográfica e de natureza quantitativa. Para execução do levantamento de dados, foi realizado um levantamento através de um questionário composto por onze questões de múltipla escolha, aplicado nos escritórios contábeis no município de Santana do Ipanema – AL no período de 05 de novembro a 10 de novembro do ano de 2016. Em seguida, a abordagem dada a este estudo foi do tipo qualitativa, pois pretendeu-se analisar o problema a partir dos resultados quantitativos dos questionários aplicados, a consolidação dos dados e análise dos mesmos, os quais serão inseridos quadros demonstrativos apresentando os seus resultados de forma a responder as vantagens e desvantagens da Escrituração Contábil Digital (GIL, 1996).

Para obter o acesso a tais informações pretende-se realizar visitas institucionais, ou seja, *“in loco”* e, se preciso utilizar-se dos meios informáticos/eletrônicos para a facilitação de envio e recebimentos dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A modernização na execução dos procedimentos contábeis sofreu grande impacto com o uso das tecnologias da informação – TIC as quais proporcionaram maior agilidade na busca de informações, uma vez que passou a se trabalhar com banco de dados. É sabido que a contabilidade vem sofrendo sua modernização desde os tempos dos manuscritos, passou pelo período mecanizado até chegar ao patamar atual.

Uma das áreas que mais agregou mudanças positivas com a evolução das tic's foi a contabilidade, onde é possível se observar o acesso mais rápido às informações, ganho de tempo, diminuição de espaço físico, dentre outros, o que para a empresa e o cliente representa diminuição de custos, com simplificação e desburocratização dos serviços.

Como forma de classificação da espécie humana que influenciam sobremaneira as relações sociais, é a separação por sexo e gênero. O sexo por relacionar-se a questão biológica e o gênero voltado às questões sociais.

Em uma relação de hierarquia, a divisão do trabalho por sexo, fundamentada nas relações de gênero, tendo como base a crença de que há trabalhos “naturalmente” adequados para homens e mulheres, segundo a sua adaptabilidade.

Com esta visão tem-se, portanto, que determinadas profissões tem um número elevado de mulheres em seus cargos, em detrimentos de outros.

Segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade, 2013 mostrou que houve aumento da participação da mulher contabilista, nos últimos dez (10) anos.

Em 2013, dados do Censo da Educação Superior de 2012, registrou 181 (cento e oitenta e um) mil matrículas de mulheres no Curso de Ciências Contábeis e apenas 132 (cento e trinta e dois) mil de matrículas masculinas, demonstrando já um aumento significativo de ingresso para a profissão. O aumento de mulheres em um campo profissional molda a representação de gênero deste campo para a sociedade e vice-versa. Atividades caracterizadas como masculinas ou femininas tendem a atrair mais profissionais do sexo supostamente correspondente.

De acordo com o CFC, no ano de 1950, as mulheres representavam apenas 4,3% dos trabalhadores da área. Em 2014, totalizava-se mais de 500 mil contabilistas registrados (técnicos e contadores) no país, sendo que destes 208 mil (47,4%) eram mulheres. Em Alagoas dos 3.825 inscritos entre contadores e técnicos, 39% são do sexo feminino e 61% do sexo masculino.

Conforme observado na **Tabela 1**, o perfil dos responsáveis pelos escritórios pesquisados no município de Santana do Ipanema – Alagoas, não está diferente da realidade do país, já apresentam uma tendência de predominância da presença do sexo feminino, com 60% deles tendo a mulher como responsável direta pelo Escritório Contábil. Mesmo se tratando de uma profissão muito direcionada ao sexo masculino, em Santana do Ipanema este perfil já é o inverso, onde 60% dos escritórios está sob responsabilidade feminina. Isto demonstra que as mulheres a cada dia estão aumentando o interesse pela contabilidade, modificando assim o perfil e a cultura do profissional e do país.

Tabela 1. Perfil dos Responsáveis

Perfil dos Responsáveis		Quantidade	Porcentagem
Sexo	Masculino	04	40%
	Feminino	06	60%
Faixa etária	18 – 25	00	00%
	25 – 30	02	20%
	30 – 40	04	40%
	Mais de 40	04	40%
Escolaridade	Bacharel em Ciências Contábeis	04	40%
	Graduados em Ciências Contábeis	03	30%
	Técnico em Contabilidade	03	30%
	Pós - graduação	00	00%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que 80% dos profissionais está na faixa etária acima de 30 anos. Este percentual quando comparado ao sexo, deduz-se que o sexo feminino tem um percentual razoável, dentro do encontrado, demonstrando que apesar de ser uma das mais antigas profissões, ainda desperta o interesse e o gosto de muitos em exercê-la.

Em relação ao grau de instrução, o que foi percebido é que apenas 40% dos escritórios pesquisados, tem sob seu comando um contador de nível superior. Os demais são Técnicos em Contabilidade ou acadêmicos de Ciências Contábeis. Porém, ambos os sexos demonstram interesse em se especializarem na profissão. É possível perceber que 30% deles já estão cursando Ciências Contábeis, mesmo já possuindo uma certa estabilidade profissional. É este interesse pelo aprendizado e buscar sempre conhecimento do novo, com inovações que faz o diferencial de muitos escritórios, agregando prática com técnicas proporcionando maiores aprendizados.

O mercado de prestação de serviços contábeis é bastante concorrido. A tabela 2 demonstra que é necessário além de oferecer o serviço contábil, deve ser mantido um serviço e atendimento de qualidade aos clientes. Um diferencial de concorrência é a realização de um diagnóstico preciso da situação da empresa, que

servirá de base para traçar as estratégias necessárias para o cliente atingir suas metas e objetivos.

Tabela 2. Número de Clientes por Escritório

Número de cliente	Quantidade	Percentagem
De 01 – 15	01	10%
De 16 – 25	01	10%
De 26 – 35	03	30%
De 36 – 45	02	20%
De 46 – 60	03	30%
Mais de 60	00	00%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a **Tabela 3**, o perfil do tempo no mercado está acima de 10 (dez) anos demonstrando que é uma profissão viável mesmo sendo uma das mais antigas.

Para superar a concorrência, somente a prática não é suficiente. É indispensável o acompanhamento diário das mudanças econômicas e financeiras do país e do mundo. Aliado a isso, é de fundamental importância que o profissional procure se especializar e atualizar-se profissionalmente, por meio de cursos, leituras e análises de noticiários, boletins e mapas fiscais.

Tabela 3. Tempo de Fundação do Escritório

Tempo do Escritório no mercado (anos)	Quantidade	Percentagem
Menos de 01	00	00%
Entre 01 – 05	02	20%
Entre 05 – 10	02	20%
Acima de 10	06	60%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos profissionais, a **tabela 4** evidencia que estes encontram-se em uma escala intermediária, ou seja, a maioria está com mais de cinco anos desenvolvendo a profissão.

Tabela 4. Tempo em que o Profissional Trabalha no Escritório

Tempo em anos	Quantidade	Porcentagem
Menos de 01	00	0%
Entre 01 – 05	03	30%
Entre 05 – 10	03	30%
Acima de 10	04	40%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A implantação do sistema SPED, devido ser um sistema novo, impactou com todos, tanto escritório como clientes, conforme **Tabela 5**. Como mostra a tabela citada, cerca de 80% dos escritórios apresentaram sentir um pouco de dificuldade na implantação do sistema, o que é já esperado, pois toda mudança necessita de adaptação. Oliveira (2011) nos diz que assim como no caso do SPED Fiscal, a geração do SPED Contábil também depende do desenvolvimento de um programa baseado no *layout* definido pelo fisco o que poderá gerar grande impacto financeiro.

Tabela 5. Impacto/dificuldade para Adequação ao Sistema SPED

Impacto/dificuldade	Quantidade	Porcentagem
Sim	08	80%
Não	02	20%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A ECD busca promover a integração dos fiscos federal, estaduais, e municipais e dos órgãos de controle, através da padronização, racionalização e compartilhamento das informações contábeis, sendo o referencial para elaboração do ECF.

Todo trabalho para ser desempenhado terá que adotar uma certa organização. Para isso se o usuário enviar sua documentação correta para o escritório, o serviço será realizado dentro do prazo. A data de entrega da ECD, neste ano de 2017, no último dia útil do mês de maio, correspondente ao ano fiscal de 2016. Cabe ao escritório informar aos seus clientes a importância da entrega da

documentação em tempo hábil para a execução da ECD, como apresentam-se as **Tabelas 6 e 7.**

Tabela 6. Entrega de Documentos em Tempo Hábil para Executar a ECD

Tempo hábil	Quantidade	Porcentagem
Sim	03	30%
Não	07	70%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 7. Informação para o Cliente da Importância da Entrega em Tempo Hábil para Executar a ECD

Importância da entrega em tempo hábil	Quantidade	Porcentagem
Sim	08	80%
Não	02	20%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Em geral, com base na pesquisa realizada, todos os escritórios entrevistados apresentaram-se satisfeitos com a implantação do ECD, no entanto, em sua maioria, como apresentado na tabela 8, houve um controle maior em relação as fraudes ao fisco. Alcazar (2013) salienta que o contribuinte deve estar preparado para a revolução fiscal, lembrando que deverá contar com uma aliada a Ciência Contábil. Sendo assim, o ECD trouxe vantagens como em maior percentual a diminuição de fraudes ao fisco, no entanto, ainda são encontradas vantagens na redução de custos, agilidade nas tarefas do profissional contábil, melhor organização e aparência nos relatos contábeis e ajudou as empresas na tomada de decisão.

Tabela 8. Vantagens para o Escritório com a Implantação do ECD

Vantagem	Quantidade	Porcentagem
Redução de custos	01	10%
Agilidade nas tarefas do profissional contábil	01	10%
Melhor organização e aparência nos relatórios contábeis	01	10%
Ajudou as empresas na tomada de decisão	01	10%
Diminuição de fraudes ao fisco	06	60%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Como desvantagens, 80% considerou erros operacionais relativos a geração de informações contábeis e tributárias. Ressalta-se ainda a importância de que as empresas mantenham sistemas informatizados adequados e pessoal qualificado, os quais permitam a geração de dados fiscais confiáveis, para que, desta forma, as organizações não sofram fiscalizações pela apresentação de informações geradas erroneamente por sistemas mal parametrizados, ou mesmo, mal alimentados pelos colaboradores. (MURARO et al 2014).

A falha apresentada na **Tabela 9**, relaciona-se com as falhas no sistema ou base de dados, isso referindo-se ao grupo trabalhado, pois o travamento do sistema ou a queda da *internet* podem dificultar o acesso.

Tabela 9. Desvantagens com o Uso da ECD

Desvantagem	Quantidade	Porcentagem
Falha no sistema/base de dados	02	20%
Erros operacionais relativo a geração de informações contábeis e tributárias	08	80%
Outras	00	00%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças resultantes do uso das tic's proporcionaram avanços na gestão empresarial brasileira agregando vantagens às organizações. Não apenas as empresas, mas os próprios profissionais da área também tiveram que se adaptar as novas regras e maneiras de serviços, para isso buscou conhecimento e capacitações necessárias ao bom desempenho das atividades. É necessário que toda a sistemática seja bem estruturada e integrada, as informações contábeis e fiscais muito bem planejadas, com certificação digital adequada, boa conexão com a *internet* e boa estrutura de informática.

Os avanços tecnológicos nas diversas áreas do conhecimento humanos, a cada dia exige profissionais mais capacitados em suas funções fazendo com que aumente os intercâmbios e a expansão de conhecimentos. Uma das áreas que sofreu modificações e incentivos foi a Contabilidade que através de Leis, Decretos e Resoluções levou seus profissionais a atuarem de modo sistematizado e informatizado objetivando uniformidade e rapidez das informações com segurança. Neste panorama do uso das tic's, as competitividades vão crescendo de acordo com seu desenvolvimento exigindo mais rapidez e flexibilidade e inovação, tornando assim a informação um aliado significativo nas organizações.

Diante do progresso tecnológico constante e no avanço das obrigações a serem realizados pelas empresas, os órgãos fiscalizadores também se viram obrigados a se modernizar e padronizar as informações. E é nesse panorama que se insere a modificação tecnológica na Contabilidade Empresarial.

Mediante as modificações e exigências apresentadas para os escritórios contábeis e analisando a pesquisa realizada com os profissionais, que ainda há muito a ser aprendido e executado apesar das modificações e investimentos físico e intelectual, nota-se que uma parte dos contribuintes ainda não entenderam bem o significado das mudanças, porém, as vantagens apresentadas tornaram-se fundamental para que os profissionais da Contabilidade a cada dia se integre mais e mais com as modificações.

A contabilidade mudou seu formato frente à realidade do novo cenário no gerenciamento das organizações, principalmente depois da introdução do SPED dentro do mundo contábil.

As organizações tiveram que se adaptar ao novo sistema em diversos fatores, isso também implica custos, pois tiveram que qualificar o pessoal, organizar sua estrutura tecnológica, manter uma rotina constante de treinamento com seu pessoal e equipe, através de reciclagens, participações de eventos, etc. Assim, a parte contábil, atualizado em função do SPED, não terá apenas a função de observar os parâmetros e cumprir os prazos para entrega dos arquivos, ele também será responsável pela qualidade das informações prestadas.

As dificuldades são provenientes de toda mudança. A adaptação é feita gradativa à medida que se vai conhecendo o sistema, no entanto, fica a sugestão para um trabalho futuro uma análise a base de um estudo de caso, para a verificação (in) *loco* das vantagens e desvantagens da ECD com prestadores de serviços e usuários.

Para os profissionais dos escritórios de contabilidade no município de Santana do Ipanema-AI trouxe uma evolução em suas atualizações dos dados, apesar das suas limitações e falta de *internet* de qualidade para seu uso profissional.

REFERÊNCIAS

ALCAZAR, José Maria Chapina. Para não sucumbir na era fiscal. Disponível em: <http://www.robertodiasduarte.com.br/index.php/para-nao-sucumbir-a-nova-era-fiscal>. Acesso em: 07 nov. 2016.

ALMEIDA FILHO, Celso. A Importância da Informática na Profissão Contábil. Artigo. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos.aspx?id=75>>. Acesso em: 12 agosto 2016.

ARMELIATO, DORILDE FORTUNATA. **Escrituração Contábil Digital: Os Impactos Trazidos pela Evolução Tecnológica**. Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena. Monografia de Bacharelado em Ciências Contábeis Juina – MT, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110804113934.pdf>. Acessado em 07.08.2016.

COSTA, D. R; Cordeiro, P. S. A; Souza, M. A. **Os Desafios do Profissional Contábil na Era da Contabilidade Digital: Uma Pesquisa de Campo**. In: Artigo do Curso de Ciências Contábeis. Centro Universitário de Belo Horizonte. [s.d] <<https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2015/10/os-desafios-do-frosissional-contabil-na-era-da-contabilidade-digital.pdf>>. Acesso: 07-08-2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. NBC T1. Dispõe sobre Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=116>>. 2009.

_____. **NBC T 2**. Dispõe sobre Formalidades da Escrituração Contábil. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=116>>. 2009.

CHACON, M. J. M. ; Silva, M. C. ; Pederneiras, M. M. M. ; Lopes, J. E. G.. **Uma abordagem prospectiva sobre o neopatrimonialismo no Brasil**. In: X SEACON - Seminário Acadêmico de Contabilidade. 2005, Petrolina. X SEACON - Seminário Acadêmico de Contabilidade, 2005.

DECRETO Nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - **SPED**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 2007.

DEL FRARO, APM; Scotini, DF; Souza, KF; Lourenço, R H; Teixeira, SAL. **A Importância da Escrituração Contábil Regular nas Micro e Pequenas Empresas**. – Faculdade Cenequista de Varginha – FACECA. Revista Acadêmica da FACECA – RAF, v.1, n.8, pag. 18-27, jan.dez/2010.

ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE - ANÁLISE DE NEGÓCIO.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/escritorio.htm>. Acesso em: 30 de março de 2017

FERREIRA, D. A. V. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): A Contabilidade Frente às Mudanças de Cenários no Gerenciamento das Organizações.** In. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Centro de Ensino Superior do Ceará. Faculdade Cearense - FAC. Fortaleza, CE. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; Marion, José Carlos; Faria, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da Contabilidade**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JÚNIOR, Luiz Carlos Lemos; SANTINI, Rafael Barufaldi; SILVEIRA, Nereida Salette Paulo da. **A Feminização da Área Contábil: um Estudo Qualitativo Básico.** REPeC, Brasília, v. 9, n. 1, art. 4, p. 64-83, jan./mar. 2015. Disponível online em: www.repec.org.br. Acesso em 30 de março de 2017

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Escrituração Contábil Digital.** 2010. Portal tributário. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/guia/escrituracaocontabildigital.htm>>. Acesso em: 08 Ago. 2016.

MANUAL DE INTEGRAÇÃO – **CONTRIBUINTE: PADRÕES TÉCNICOS DE COMUNICAÇÃO** –VERSÃO 3.0.0. In: Portal da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Manual_de_Integracao_Contribuente_v3.00-2009-03-16.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 10^a ed. 2 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**, 15^a ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2009.

MURARO; Mirna et al. **Sistema Público de Escrituração Digital – sped e seus reflexos para as empresas metais** – mecânicas da microrregião no norte do estado do rio grande do sul. VIII Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, 17 a 20 de agosto de 2014.

NASAJON, Cláudio; Santos, Eunice. **SPED e NF-e: Vem cá, que a gente explica.** Disponível em:< <http://www.spedconsulta.com.br/>> Acesso em: 04 ago 2016.

OLIVEIRA, Antonio Sérgio. **SPED: No Escritório Contábil** –Manual do Contador. São Paulo: Ônix Jur, 2011.

OLIVEIRA, Edson, **Contabilidade Informatizada: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, T.C. **O Impacto do SPED na Escrituração Contábil.** Curso de Ciências Contábeis Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Campina Grande - PB, 2011.

PADOVEZE, Cláudio Luís. **Sistemas de informações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PELEIAS, Ivam Ricardo; Bacci, João. **Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade**. Revista Administração on line–FECAP, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004.

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Introdução às Ciências Contábeis**. São Paulo: TecnoPrint, 1987.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-contabil/como-funciona.htm>>. 05 jun. 2009, Acesso em: agosto 2016

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Introdução às Ciências Contábeis**. São Paulo: TecnoPrint, 1987.

SILVA, Luiz Ivan dos Santos. **Contabilidade: Objeto, Objetivos e Funções**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 38, p.79-101, jan./jun. 2008

SOUZA, Dayanna de. **A importância da utilização da Escrituração Contábil para a tomada de decisão nas Microempresas de Florianópolis**. Florianópolis/SC. In: Monografia [Bacharel em Ciências Contábeis] Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Económico. Departamento de Ciências Contábeis. Florianópolis, 2007.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: **Conceitos Básicos**. 6ª Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VILARDAGA, Vicente: **Tempos Modernos**. Revista Razão Contábil, 2009.

VOLNEI, César *et al.* **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. Artigo On Line. ULBRA, 2007.
http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf Acesso em: agosto 2016

APÊNDICE

A pesquisa em forma de questionário é um instrumento de coleta de dados adotado/utilizado para avaliar o entendimento dos contabilistas sobre o surgimento da Escrituração Contábil Digital (ECD) com a finalidade de analisar as vantagens e desvantagens oriundas a partir do avanço tecnológico. As informações coletas são de uso exclusivo para fins acadêmicos.

TEMA: A escrituração contábil digital: os impactos trazidos pela evolução tecnológicas nos escritórios contábeis do município de Santana do Ipanema-AL.

QUESTIONÁRIO

1. Sexo do responsável pelo escritório
 Feminino Masculino

2. Faixa etária do responsável pelo escritório
 18 a 25 anos
 25 a 30 anos
 30 a 40 anos
 mais de 40 anos

3. Grau de escolaridade do responsável pelo escritório:
 acadêmico em ciências contábeis
 bacharel em ciências contábeis
 técnico em ciências contábeis
 outras informações

4. Qual o número de empresas clientes do escritório contábil?
 1 a 15
 15 a 25
 25 a 35
 35 a 45
 45 a 60
 mais de 60

5. Quantos anos o escritório contábil está no mercado?

- menos de 1 ano
 - 1 a 5 anos
 - 5 a 10 anos
 - acima de 10 anos
6. Há quantos anos o profissional está no quadro funcional deste escritório?
- menos de 1 ano
 - 1 a 5 anos
 - 5 a 10 anos
 - acima de 10 anos
7. Com a implantação do SPED o escritório sofreu algum impacto ou vivenciou alguma dificuldade para adequar o sistema de escrituração às novas tecnologias, já que a mesma deixou de ser escriturada em papel?
- Sim Não
8. Os clientes entregam a documentação em tempo hábil para executar a ECD?
- Sim Não
9. Os clientes são informados da importância de encaminhar todos os documentos em tempo hábil para executar a ECD?
- Sim Não
10. Com o avanço tecnológico na ECD quais foram às vantagens adquiridas pelo escritório?
- redução de custos
 - agilidade nas tarefas profissional contábil
 - melhor organização e aparência nos relatórios contábeis
 - ajudou as empresas na tomada de decisão
 - diminuição de fraude ao fisco
11. Quais foram às desvantagens?
- falha no sistema/base de dados
 - erros operacionais relativos a geração de informações contábeis e tributárias
 - outras _____